

OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES E SUAS RELAÇÕES COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

*Alex Luiz de Oliveira Vieira
Mônica Paiva Volpato Santos*

Introdução

O desenvolvimento de Pré-Vestibulares Populares (PVPs) nas últimas décadas do séc. XX, no Brasil, atingiu resultados de impacto registrados em diferentes pesquisas. Os PVPs são alvo de interesse de pesquisadores que os observam como objetos do conhecimento em suas multiplicidades de temas que denotam a esses cursos características específicas que, dado o tempo de existência no Brasil, sua interface com a história recente de redemocratização e com as políticas públicas de ampliação do acesso à universidade tem se tornado um fenômeno educacional, e tem merecido produções acadêmicas de diferentes áreas do conhecimento. Pontuar as contribuições de PVPs, enquanto desdobramentos e como expressões consolidadas de movimentos sociais para o campo da educação popular e para desenvolvimento da sociedade, é um exercício para todos que estudam e fazem projeções em como se dará o futuro desses espaços de mobilização de direitos, considerando-se a consciência social presente na atualidade em nossa sociedade.

Fazer o levantamento de algumas dessas contribuições nos permite apresentar um cenário com convergências entre os achados acadêmicos que nos dão pistas de tendências deste movimento social e educativo. Acreditamos que a riqueza de cada experiência se soma à unidade que conduz as iniciativas que vão elaborar uma cultura contra-hegemônica. O capítulo propõe um olhar analítico para o trabalho dos PVPs para além da preparação para o exame nacional de qualificação.

Para tanto, utilizamos três dissertações para contribuir com o objetivo aqui abordado. Duas delas foram escolhidas pelo fato de terem sido desenvolvidas no mesmo programa de pós-graduação dos autores do texto. Assim, busca-se consolidar e dialogar com a discussão dos PVPs

enquanto movimentos sociais à luz da produção no Programa de Pós-Graduação de Desigualdades Sociais e Processos Formativos. Além dessas, outra dissertação aborda uma rede de PVP da rede Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Esta rede é uma das mais antigas relacionadas a esta modalidade de curso, sendo uma das pioneiras em estabelecer os PVPs enquanto movimentos sociais.

No exercício de nossa análise, dialogamos com autores que contribuem para a compreensão sobre as interligações que envolvem as dinâmicas dos PVPs.

Os pré-vestibulares populares enquanto movimentos sociais

Segundo os autores Pessanha, Porto e Silva (2020), os PVPs, (também denominados de comunitários, alternativos ou sociais) são resultados das demandas dos movimentos sociais, principalmente os envolvidos com projetos de educação popular, a partir do contexto da redemocratização da sociedade brasileira, após os anos da ditadura militar.

Dito isto, para entender o que são os PVPs, podemos afirmar, com base na autora Nadir Zago, que estes cursos populares

Fazem parte de iniciativas coletivas pela democratização do ensino no país. Seu surgimento e ampliação, no Brasil, estão diretamente relacionados à problemática das desigualdades de acesso ao Ensino Superior, especialmente da rede pública - que ganharam maior visibilidade com a quase universalização do Ensino Fundamental e a ampliação do Ensino Médio. (Zago, 2009, p. 261)

Zago aponta que a expansão do ensino básico teve como uma das consequências o aumento da demanda do ensino superior, o que ampliou a relação candidato-vaga, sobretudo nas instituições públicas. Assim, houve um aumento da demanda dos estudantes para ingressar no ensino superior que não foi acompanhado pela expansão de vagas, de maneira que muitos estudantes não conseguissem o acesso as mesmas.

Tal quadro fortaleceu os movimentos sociais que possuem a bandeira do modelo público de ensino e desejam que as universidades pe

democratizem o acesso a amplos segmentos da sociedade que ainda hoje são excluídos. Uma das características destes cursos é buscar “democratizar e possibilitar o acesso a uma população que, historicamente, vem sendo excluída do ensino superior, tais como negros, famílias de baixa renda, estudantes das escolas públicas e moradores dos bairros populares” (Idem, 2009, p. 255).

Nesta conjuntura na qual surgiram os PVPs, Santos (2008) aponta que os militantes do Movimento Negro tiveram protagonismo na difusão destes cursos no Brasil, com destaque para a criação, na Baixada Fluminense, do Pré-Vestibular Comunitário para Negros e Carentes (PVNC). Sendo fundado, em 1993, por setores articulados à Pastoral do Negro de São Paulo, o PVNC surgiu

[...] a partir da constatação das dificuldades de acesso dos estudantes das classes populares às universidades. Além disso, o curso buscou desenvolver estratégias que combatessem as discriminações raciais a que, historicamente, a população negra vem sendo submetida, sobretudo no campo educacional. (Pessanha; Porto; Silva, 2020, p. 3)

Cabe citar, ainda, os PVPs ligados à Educação para Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO). Tal projeto foi liderado pelo Frei Davi Raimundo dos Santos, após uma dissidência do PVNC (Vasconcelos, 2015). O PVNC, segundo Renato Santos (2006), teve uma rápida difusão como, por exemplo, indo de um curso, em 1993, para setenta e sete, em 1999. Mas, assim como a EDUCAFRO, outras redes também se desmembraram do PVNC, de maneira em 2001 havia 32 núcleos deste movimento. Contudo, não houve uma queda no número dos cursos populares, o que ocorreu foi um rearranjo da rede para atender à mudança do perfil dos militantes que organizavam estes PVPs ao preferirem outro modelo de curso popular. (Santos, 2006).

É importante apontar que os PVPs participaram de mobilizações que lograram importantes conquistas, tais como Programa Universidade para Todos (Prouni), do Governo Federal, que concede bolsas integrais e parciais em instituições privadas de Ensino Superior e as cotas para negros em universidades públicas. Desta maneira, o ingresso ao ensino superior por meio do vestibular passou a considerar as variantes de etnia, cor ou raça, origem escolar, renda familiar e necessidades físicas. Assim, não

privilegia-se mais o mérito individual, mas o perfil sócio econômico e de reparação de grupos historicamente excluídos. (Brasil, 2008).

Vemos, assim, que os PVPs almejam potencializar os estudantes das classes subalternas para que tenham acesso ao ensino superior por meio do exame de seleção (Pessanha, Porto, Silva, 2020). E, conforme apontam Pessanha et. al., os PVPs são “iniciativas sem fins lucrativos, no qual participam também instituições religiosas, associações comunitárias, universidades, estudantes e professores” (Pessanha, et. al., 2020, p. 5).

Vasconcelos (2015) indica que a pluralidade dos PVPs é notável, inclusive nas suas possíveis denominações, como Pré-Vestibulares Alternativos, Pré-Vestibulares Comunitários e Pré-Vestibulares Populares (ou sociais). Assim, conforme o autor, os “Alternativos” são aqueles em que há cotização por parte dos estudantes, além de haver uma prática de “adestramento” dos estudantes. Os Comunitários possuem um laço estreito com o local onde estão inseridos, seja uma cidade, bairro, favela ou comunidade. Os populares ou sociais enfatizam a localização onde estão, normalmente uma periferia urbana, e sua orientação de classe, sendo voltados para as classes populares. Os Universitários podem possuir ligação com projeto de extensão universitária, e preparam uma formação que contribua na vida acadêmica, ou seja, não é meramente voltado para o vestibular.

Concordamos com Vasconcelos (2015) e vemos que os PVPs estão relacionados ao movimento negro e com a forte participação de pastorais da Igreja Católica. Assim, podemos identificar que estes cursos têm, em sua origem histórica, o sistema colonial imposto na América Latina contra o qual movimentos sociais e teológicos que culminaram com o Concílio Vaticano II (1962-1965), a partir de conferências locais e documentos direcionadores, como os de Medellín (1968) e Puebla (1977) são expressões. Não nos deteremos neste artigo ao aprofundamento do impacto que a busca da igreja por uma reconciliação com os povos da América Latina gerou no campo dos movimentos sociais. Entretanto, destacamos Dussel, “em Medellín, uma nova teologia se manifesta em estado germinal” (Dussel, 1997, p.63); e assim como descrito em uma das seções do texto Conclusões de Medellín¹ (CELAM, 2010):

¹ O texto das Conclusões de Medellín (CELAM, 2010) é dividido em Documentos (16) e cada Documento tem parágrafos numerados. Para facilitar a localização em outras edições que não está

A Igreja da América Latina, dadas as condições de pobreza e subdesenvolvimento do continente, sente a urgência de traduzir esse espírito de pobreza em gestos, atitudes e normas, que a tornem um sinal mais lúcido e autêntico do Senhor. A pobreza de tantos irmãos clama por justiça, solidariedade, testemunho, compromisso, esforço e superação para o cumprimento pleno da missão salvífica confiada por Cristo (CM,14,7).

Tal abertura da Igreja Católica Apostólica Romana, colonizadora e institucional, em busca por reconhecer a dívida tributária de sofrimentos impostos aos povos originários, em uma anunciada opção pelos pobres, provocou muitas mudanças nos últimos cinquenta anos na América Latina, com desdobramentos missionários, tal como o surgimento da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS). Esse cenário reuniu condições propícias para a união de agentes e animadores pastorais, padres e comunidades em seguir para ação em diferentes frentes. Neste período, surgem no Brasil, ações como MST², Partidos Políticos, e também Pré-Vestibulares Comunitários em serviços como a Pastoral Operária e de Trabalhadores. Na Conferência de Puebla, o tema dos pobres continuava a ser tema estrutural. Destacamos uma contribuição metodológica de organização que aplicada aos grupos também viria a incrementar a formação de coletivos, associações e demais formas de movimentos sociais que buscavam a prática social alinhada ao desejo de transformação da realidade vivida: O método ver-julgar e agir. Um olhar feito a partir da realidade concreta, uma visão que apresenta convergências essenciais ao materialismo histórico-dialético, método científico investigado anunciado por Marx e F. Engels. Em todos esses movimentos era possível identificar uma missão, um engajamento pessoal e coletivo extramuros da Igreja pois representavam, um espaço social de exercício de cidadania. A união dos princípios teológicos que animavam a comunidade, as colocava em prontidão para que a conquista de um fosse

usada nesse artigo, indicamos ao leitor que faremos as referências seguindo o padrão do texto de Medellín. Assim, indicaremos com a sigla CM (Conclusões de Medellín) e com dupla numeração: o primeiro número indica qual o Documento e o segundo número indica o parágrafo deste documento.

² MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

a conquista de todos. Na intersecção com esses movimentos teológico-políticos, muitas experiências de PVPs nasceram com compromisso da esperança, da promoção social através do acesso à universidade.

Santos (2006) indica que os movimentos sociais se constituem como fenômeno questionador das estruturas sociais pela reprodução interna das suas próprias estruturas. Estas são a base para a proposição de novas formas de organização da produção e da sociedade e, portanto, indicadores de mudança estrutural. A partir dessa concepção, o autor propõe uma forma avaliativa sobre os movimentos sociais, centrada na sua atuação espacial, com fins de contribuir para outras pesquisas no assunto.

A dimensionalidade das atuações espaciais dos movimentos sociais, portanto, seriam duas: 1) a de disputas internas e 2) a de interlocução externa onde a força política do movimento social é a sua moeda de negociação com governos, organizações e instituições. Assim, é necessária a análise dos seus processos de construção cotidiana, com os valores, embates, campos ideológicos, hierarquias, sujeitos, assim como suas culturas e intervenções, a fim de compreender essas dimensões. Desta maneira, pensamos os movimentos como sendo uma configuração própria de ação social, sendo ao mesmo tempo e dialeticamente, convergência de múltiplas e diversas formas de ação social, em especial, a ação do campo da política.

Outro estudioso que aborda os movimentos sociais – e, especificamente, os movimentos sociais de educação popular – é Carlos Brandão. Segundo este autor, um dos processos pelo qual a educação passou foi de “uma educação para o povo a uma educação que o povo cria”. (Brandão, 2006, p. 49).

Brandão, também, trata a divisão social, desde o neolítico, que permitiu a separação do conhecimento em alguns grupos na sociedade. Aborda, ainda, como isto se deu nas cidades e na criação do Estado, em que especialistas em profissões passavam este saber para seus aprendizes. Diz ele que “aquilo a que damos o nome de *educação* foi aos poucos sendo constituído como um sistema de trocas agenciadas de frações restritas do saber, através do ofício profissional de especialistas em *saber* e *ensinar a saber*” (Brandão, 2006, p. 15).

Assim, segundo o autor, a produção de um saber popular se dá

[...] em direção oposta àquela que muitos imaginam ser a verdadeira. Não existiu primeiro um saber científico, tecnológico, artístico ou religioso, “sábio e erudito”, que, levado a escravos, servos, camponeses e pequenos artesãos, tornou-se, empobrecido, um “saber do povo”. Houve primeiro um saber de todos que, separado e interdito, tornou-se “sábio e erudito”; o saber legítimo que pronuncia a verdade e que, por oposição, estabelece como “popular” o saber do consenso de onde se originou. A diferença fundamental entre um e outro não está tanto em graus de qualidade. Está no fato de que um, “erudito”, tornou-se uma forma própria, centralizada e legítima de conhecimento associado a diferentes instâncias de poder, enquanto o outro, “popular”, restou difuso — não centralizado em uma agência de especialistas ou em um polo separado de poder — no interior da vida subalterna da sociedade (Brandão, 2006, p. 15)

Ainda segundo o autor, o saber erudito e o popular se entrecruzam em diversos campos, como a religião, a medicina e a música. Por fim, Carlos Brandão aponta que uma das concepções de educação popular seria a luta política e intelectual para que a educação escolar seja estendida ao povo. Essa forma de educação popular pode ocorrer, por exemplo, quando professores que ao menos sejam alfabetizados lecionam para estudantes populares.

Acerca da educação popular, Elizabeth Oliveira aponta três concepções destas que permanecem em vigor na atualidade, a saber:

[...] uma que vê a educação popular como aquela destinada à alfabetização de jovens e adultos (EJA), concentrando suas atividades no espaço escolar. Uma segunda que reserva à educação popular um caráter exclusivamente transformador, concentrando suas ações predominantemente fora do espaço escolar, a exemplo do movimento em defesa de moradia, movimento de mulheres trabalhadoras, movimento de organização de base. A terceira, e mais recente, [que] compreende a educação popular como uma educação política da classe trabalhadora, tanto numa perspectiva emancipatória como num enfoque de conformação ao *status quo* vigente. (Oliveira, 2001, p. 166)

Outro autor importante para a nossa discussão é Eder Sader (1988) que aborda, entre outras questões, o movimento dos operários iniciado na região do ABC, no fim da década de 1970. Sader aponta a forte repressão sofrida por este movimento, mesmo que contasse com apoio de vários setores da sociedade, como o movimento pastoral da Igreja Católica. Sader, assim, trata dos novos movimentos que entram em cena no fim da ditadura militar empresarial e na década de 1980. Segundo o autor, o surgimento destes novos atores sociais contribuiu para a transição de uma forma de sistema político pós regime militar. Portanto, para ele, houve uma emergência de identidades coletivas, a revalorização das práticas presentes no cotidiano popular. De tal maneira, que neste cenário o sujeito coletivo, excluído, ganha visibilidade e altera roteiros, exprimindo suas vontades políticas. Desse modo, foi aberto um novo espaço para expressão política dos trabalhadores com a formação de outra imagem da classe, que não uma de “incapaz da ação autônoma” (Sader, 1988, p. 32).

Vemos, portanto, que houve o surgimento de um novo sujeito social, descentralizado e coletivo, nesse contexto de lutas e práticas dos trabalhadores brasileiros, com uma mudança que ia contra a política de conciliação pelo alto (Antunes, 2011). Sobre este período, Ricardo Antunes afirma que:

[...] o movimento estudantil e a luta pela anistia e pela democratização da sociedade brasileira, em curso há vários anos, ganharam força e densidade por meio da explosão operária. Foi esse majestoso ciclo de greves, no fim da década de 1970, que criou as condições para que se deslanchasse uma fase espetacular das lutas sociais no Brasil, nos anos 1980. (Antunes, 2011, p. 85)

O Movimento Sem-Terra (MST) é um bom exemplo de movimento que consegue refletir bem a constituição da identidade desses novos atores sociais. Outro aspecto desse movimento consiste no respeito à formação humana que não se dava unicamente em suas escolas (Caldart, 2000). Segundo Caldart, os movimentos sociais formam pela via intelectual e pedagógica de maneira rica, pois são espaços de construção de cultura e identidades, e não meramente de produção de conhecimento.

Sobre a contribuição de Karl Marx para a análise de movimentos sociais, Maria Gohn (2001) assinala que o autor não se preocupou em

elaborar uma teoria própria sobre estes movimentos e nem sobre a classe operária, o Estado ou outra categoria em particular. O que podemos notar em Marx é que várias de suas análises dos processos históricos exploram o tema da práxis política dos conflitos entre classes que geram movimentos sociais (Marx, 1850; 1852; 1871) na qual a práxis articula teoria à prática. Para entendermos melhor isto, Scherer-Warrner, baseando-se nos escritos do Marx, afirma que:

A manifestação de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes geram um movimento social e uma organização de classe, desenvolvem uma ideologia própria de classe (Scherer-Warren, 1987, p. 34).

Deste modo, observamos, no exemplo acima, como se dinamiza a práxis política dos movimentos para Marx pela qual os sujeitos que vivem sob as mesmas condições de exploração, ao refletirem e se mobilizarem, elaboram uma nova teoria e prática, uma práxis, em que é gestada a possibilidade de uma consciência de classe. Em uma carta para F. Bolt, Marx expressa isso com ainda mais clareza:

Assim, além dos distintos movimentos econômicos dos operários, surgem em todos os lugares movimentos políticos, isto é, movimentos de classe, com o objetivo de impor os seus interesses de forma geral, de uma forma que possui força coersitiva-social geral. Se esses movimentos pressupõem certo grau de organização prévia, em compensação eles igualmente significam meios de desenvolver esta organização ("K. Marx to F. Bolt in N. York - 23/11/1871", in Selected Correspondence, Moscou, Progress Publishers, Marx, 1965, p. 271).

Compete também apontar que em sua obra, Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte (1852), ao analisar a conjuntura francesa que levou o sobrinho de Napoleão Bonaparte ao poder, Marx estudava as frações de classe da França que lutavam para valer seus pontos de vista, buscando entender o porquê o golpe de 18 de Brumário teve adesão da maioria. Assim, ele estuda, acompanhando em locus onde nasce os conflitos

sociais, que são mobilizados pelas visões do mundo. Podemos dizer que ele nota que os movimentos nascem tanto na sociedade política quanto na sociedade civil, sobretudo dando especial atenção a esta última fora da esfera estatal.

Outro autor com contribuições sobre os movimentos sociais é o filósofo Antonio Gramsci. Em sua análise metodológica sobre este tema, ele visa observar o povo real, não idealizado, notando as formas que a classe subalterna se mobilizava para reivindicar e conquistar suas demandas, como ela avançava e resistia à hegemonia das classes dominantes (Semeraro, 2014).

Deste modo, para Gramsci (2002), as classes subalternas tinham uma cultura viva e vibrante, e que esta classe pode vir a ser a dirigente da sociedade, quando esta, atuando criativamente nas suas responsabilidades sociopolíticas, conseguir avançar na construção de um novo Estado, efetivamente democrático universal.

Como vimos, os PVPs podem ser analisados à luz do conceito dos movimentos sociais. E cabe mencionar que o assunto sobre PVPs vem despertando interesses de um número crescente de pesquisadores, o que os inspira a produzir -teses, dissertações e artigos. São diversos os campos de conhecimento que estes pesquisadores atuam, entre eles Alexandre Castro (2011) quando aborda os PVPs como movimentos sociais urbanos, a partir de uma perspectiva geográfica, apresentando a constituição de várias experiências das práticas destes cursos e algumas especialidades realizadas por esses movimentos no decorrer do processo de luta pelo acesso ao ensino superior no Brasil. O autor parte do debate sobre movimentos sociais na geografia e a relevância dos empenhos teóricos na elaboração de categorias relativas a esse campo do conhecimento para refletir sobre os movimentos sociais.

Outros autores (Bastos, Fernandes, Gomes, 2010) analisam a contribuição do Programa Pré-Vestibular Social (PVS), ligado à fundação CECIERJ– Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, com sua performance ao lidar com os impedimentos ao acesso ao ensino superior no seu estado de atuação, isto é, como lida com o desafio da busca da inclusão social. Já Máira Mendes (2011), em sua dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (PPGEdu), da Universidade Federal

do Rio Grande do Sul (UFRGS), realiza um estudo sobre o curso popular Chico Mendes, vinculado à Rede Emancipa, da grande São Paulo. Nesse trabalho, Mendes (2011) discute a relação entre os PVPs e a educação popular, com base nas categorias de “emancipação” e “inclusão”.

Ramos (2018) analisa o surgimento de PVPs enquanto movimento social, na dissertação *Desafios políticos ao currículo de inglês em uma perspectiva decolonial: um estudo no Pré-Vestibular Comunitário Saber para Mudar em 2014 e 2015*, defendida no Programa de Pós-Graduação Educação, na Faculdade de Formação de Professores - UERJ. Ao discutir tensões políticas e contradições que permeiam o ensino da língua inglesa, que é posta como barreira de acesso às universidades para classes populares, a autora constrói argumentos que mostram que o ensino de inglês pode representar a manutenção de um projeto de exclusão como, também, pode se contrapor a este e ser esperança em direção a decolonialidade. Discute conceitos de colonialismo e a importância de apresentá-la como “objeto de desejo”, e por ser uma ferramenta de poder pode ser dominada e permitir acesso a debates globais. O espaço do PVPs pode ser utilizado para favorecer esse domínio. Esta perspectiva sobre a força de uma opção pedagógica em um PVP define rumos, estratégias e ações que contribuem para a emancipação e empoderamento de estudantes e professores, que o caracterizam como um movimento social, pois estabelece-se uma causa para qual todos estão dispostos a lutar.

A autora relata como foi o início de movimentos sociais que ocorreu no período de redemocratização, no final da década de 1980 e início de 1990, como fruto histórico da Constituição, (Brasil,1988) que ampliou o conceito de direito à Educação. Segundo ela afirma, os PVPs, que nasceram em um momento histórico de efervescência, passaram por grandes transformações, chegando a um momento de diminuição da sua presença enquanto movimento que disputa o projeto de sociedade.

Os PVPs são uma categoria que trabalha pela inclusão das classes populares na universidade, logo, fazem parte de um movimento maior nas lutas pela superação das desigualdades, quando reconhecem que a educação .

Em relação aos PVPs que adicionam ao objetivo de promover aprovação para o ensino superior uma experiência comunitária, que pensa o impacto da ação no tempo, em algo mensurável como a mobilidade

dos sujeitos, vimos na dissertação de Brito (2015) *Revisitando a República “Muquifó” 10 anos depois: Um Estudo sobre os Egressos do Pré- Vestibular para Negros e Carentes da Baixada Fluminense e da PUC - Rio, uma análise do PVNC- Pré- Vestibular para Negros e Carentes*, um trabalho de resgate de trajetórias, que tratam de experiências de inclusão e exclusão com um recorte de raça e de desigualdade. É um exemplo de um movimento social organizado. A autora pesquisa, após dez anos, como ter participado do PVNC impactou na mobilidade social. Em suas conclusões destacamos que mesmo com mobilidade de classe ter sido menor do que a esperada, a mobilidade cultural aparece em todos os pesquisados e enriquece a qualidade de vida. Outro ponto de destaque é que o próprio indivíduo consegue dimensionar o que entende por mobilidade social de acordo com seus próprios anseios, sem precisar que externamente conceitos emanados pelo capitalismo definam o que é ser uma pessoa de sucesso.

A autora destaca o pensamento de Scalon (1999), Hasenbalg & Silva (1998). Seus estudos demonstram que independente da origem de classe, há desigualdade de oportunidade de mobilidade social entre negros e brancos. Adicionalmente a autora recorreu a Ferraroti (1991) para acompanhar bibliografias dos egressos do PVNC e majoritariamente, da PUC - Rio, para permitir visibilidade aos impactos da ação do Pré-vestibular. Suas conclusões apresentam as contradições que também estão presentes na sociedade marcada por desigualdades. Brito, afirma que:

[...] fica clara a relação entre a entrada no PVNC, o ingresso no ensino superior e a questão da mobilidade. O grupo reconhece a ocorrência de mobilidade a partir da trajetória. Mobilidade percebida como aumento na qualidade de vida decorrente do aumento da renda familiar e do que os sujeitos denominam mobilidade cultural. [...] Em contrapartida, fica uma lacuna no que tange a redução das desigualdades através da educação, em especial, do ensino superior. Assim, como outros pesquisadores, acreditamos que a educação é um elemento importante para pensar a igualdade. No entanto, os dados coletados não nos permitem afirmar se, se de fato, houve redução das desigualdades sociais e raciais (Brito, 2015, p.114-115).

A integração do PVPs na questão da inclusão e exclusão racial está na origem da formação da rede PVNC e é um marco para conquista de

direitos, como por exemplo acesso às políticas de cotas, ou programa de bolsas, mas sua contribuição para o debate foi preponderante no reconhecimento das identidades étnicas e pessoais. Outra relação estreita que demonstra o papel histórico do movimento.

Na dissertação *Pré-vestibular Pedro Pomar e a inserção de mulheres negras e de classes populares na Universalidade Pública: um estudo sobre trajetórias escolares*, Lisboa (2021) faz a contextualização de movimentos sociais pelo direito à educação para além do acesso à universidade, mas também como um espaço de acolhimento e solidariedade. Apresenta uma relação com os movimentos sociais, explorando temas como racismo estrutural, mobilização, desigualdade social e gênero. Lisboa (2021) cita Arroyo (2012) ao afirmar que existe uma vinculação histórica e profundamente política entre o movimento da educação popular e os movimentos sociais. A pesquisa extrapola a questão da inserção das mulheres e classes populares nas universidades. Concordamos que, exemplifica como os movimentos sociais ligados à educação têm sido responsáveis por amplas conquistas da sociedade, disseminando o conceito de inclusão e exclusão ou ainda refletindo sobre os diferentes tipos de desigualdades. Os PVPs são espaços de conscientização sobre identidade de raça para a geração das mulheres que estudam atualmente no curso, bem como para as gerações futuras gerações, tendo-se em vista o compromisso com a temática. Identificamos outro ponto de destaque na dissertação, a relação entre PVPs e movimentos sociais e sua capacidade de ultrapassar gerações.

Dialogamos ainda com Maria Gohn (2001), no livro *Questões da Nossa Época*, organiza uma linha do tempo sobre a história dos movimentos sociais que parte da identificação dos primeiros conceitos e organizações civis até a crise dos movimentos sociais, nas últimas décadas. No capítulo “Movimentos sociais, cidadania e educação”, a autora apresenta o histórico da criação do sujeito político burguês e do conceito de cidadão que visa contribuir para reflexão sobre movimentos sociais articulando-os com a Educação. Do liberalismo até a consolidação do capitalismo, o conceito de cidadão se transforma, mas sempre converge para a posse dos meios de produção pela grande burguesia. Aponta a evolução do conceito de cidadão proprietário, para sujeito de direitos.

A autora apresenta, em sua obra, temáticas da educação popular e movimentos sociais urbanos, e destaca quatro características importantes

da relação entre eles, a saber: apesar de trabalharem pontos em comum, a promoção da cidadania das classes trabalhadoras se desenvolveram de forma autônoma. Da mesma forma, os estudos sobre os temas foram se dividindo entre áreas de educação e sociologia. A produção sobre educação popular corresponde ao início das primeiras publicações sobre movimentos sociais. Nos anos de 1990, observa-se um decréscimo da produção acadêmica sobre esta relação. Nos princípios e métodos da educação popular encontramos várias manifestações que se fazem presentes, concretamente, nos movimentos sociais populares dos anos 80. Essas características apontam para a interligação entre eles e o quanto a força da educação popular enriquece, assessora e fomenta movimentos sociais, a partir da conscientização política que advém das experiências pedagógicas críticas e emanada das classes populares. Em mesma medida, com enfraquecimento das práticas de autonomia da educação Popular, os movimentos sociais passam a ser “enlatados”, pois segundo a autora, podemos verificar que a consciência social coletiva de uma cidadania plena parece não ter se proliferado no Brasil (Gohn, p. 63).

Concordamos com a hipótese levantada pela autora de que, somente, ações educativas de massa poderão reverter este cenário de descrença da população na ação coletiva, algo que enfraquece os movimentos sociais. Há na sociedade um sentimento de exaustão que limita o sonho a novos desafios. A crise dos movimentos sociais, da participação política, da vivência cidadã, tem impactado também o desenho dos PVPs, uma expressão atual de empoderamento das classes populares, que chamamos aqui de ato concreto de utopia possível. Nesse sentido, os PVPs que sempre se constituíram como espaços de práxis, pois, propiciando a troca de construções coletivas e únicas, tem se enfraquecido na mesma medida em que os movimentos sociais, correndo o risco de perder no discurso da antipolítica.

O texto avança tratando da crise dos movimentos populares, contribuindo com análises sobre fatores múltiplas determinações, aos quais destacamos nesse artigo: a crise das utopias, a descrença na política e na ação do Estado.

Acreditamos que os PVPs podem ser espaços de resistência. Mesmo naqueles PVPs onde não há um viés crítico, cujos objetivos são preparar para vestibular e compensar conteúdos, contudo se apresentam

como uma oportunidade de vivência de inédito viável, expressão cunhada por (Freire, 1981), ou seja, de um futuro a ser construído. Em tempos de enfraquecimento da participação cidadã em movimentos sociais que alcancem conquistas para os excluídos na sociedade brasileira, a conquista de cada estudante de um PVPs deve ser celebrada e tratada como um movimento contra-hegemônico. Acreditamos que, de acordo com o crescimento de vagas planejadas e abertas na educação superior por fortalecimento de políticas públicas, haverá cada vez mais espaço para os PVPs surgirem e se posicionarem com forte contribuição no campo da Educação de Jovens e Adultos, ocupando um espaço de compromisso com a transformação.

Em Alonso (2009), no texto “As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate”, são apresentadas historicamente as teorias clássicas que originam os grandes movimentos sociais. A autora inicia o texto com a eleição de Barack Obama como o encerramento do ciclo de grande mobilização do séc XX. Narra como os processos de mobilização foram entrando em uma rotina, e alguns dos ativistas se transformaram em políticos e em como temas como feminismo, direitos civis, ambientalista se incorporaram em agendas globais. O texto aborda três grandes famílias de explicação para movimentos sociais e como se incorporaram à cena contemporânea. A autora destaca detalhadamente a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), de Mc carthy e Zald (1977), caracterizada por racionalização, e comparada a uma “indústria de movimento social”; a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), ambas surgem enquadrando os movimentos em contextos macro-históricos e nas palavras da autora “repelem a economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Contudo a TPP investe numa teoria da mudança política e a TNMS na mudança cultural.”

Conhecer as teorias clássicas dos movimentos sociais e como eles estiveram e estão presentes na sociedade nos ajuda a dimensionar o papel atual e indicam possibilidades futuras dos Pré-vestibulares sociais na sociedade. O apoio de estruturas de mobilização dará certamente, as características dos PVPs e sua forma de criação fortalecerá cada tipo de movimento ao qual estará interligado. O texto faz provocações quanto a analisar o tema frente a sociedade em mudança e nos faz refletir em quanto

tempo a questão social ao qual os Pré-vestibulares sociais visam responder vai ser relevante e gerar interesse por essa organização social. O que não se pode perder para que eles permaneçam como institutos necessários para a Educação Popular?

Considerações finais

Ao analisarmos os diferentes trabalhos que analisam experiências de PVPs pautadas em diferentes causas, mas com objetivo comum de promover o maior acesso às vagas ao ensino superior, é possível destacar aspectos de relevância histórica de suas atuações e conquistas sociais e entendê-los como movimentos sociais. Por vezes, estes são derivados de um movimento maior em um cenário de redemocratização e emergem em terreno fértil promovido pela Constituição de 1988, que trouxe conceitos de direito universal à Educação, ora são fruto de mobilização comunitária de grupos que militam em lutas de gênero, ou de raça, ou de apoio ao “gaps” da educação pública, todavia, em todos esses casos estão enquadrados como ferramentas, como canais que alcançam tantos resultados positivos conforme são cada vez mais desenhados como espaço para formação crítica e realmente representem interesses coletivos. Assim se caracterizam como movimentos sociais, sempre que em parte ou em todo refletem os anseios reais da sociedade que busca por acesso à mobilidade social, e contribuem para fortalecer a redução das desigualdades, bem como auxiliam em diferentes conquistas sociais.

Contudo, também podem ser ferramentas reprodutoras do modelo capitalista que valoriza a meritocracia e de caráter compensatório, ao não contribuir para reflexão sobre a melhoria da Educação em suas mudanças estruturais, e passam a ser espaços para trabalho alienante e individualista.

Todos os PVPs com características populares, sociais e ou comunitárias, de alguma forma concorrem para mudanças porque promoverem maior acesso da população de excluídos à universidades, contudo quando não geram tensões críticas ao modelo capitalista de sociedade e aos processos de exclusão acabam por não fortalecer movimentos sociais que promovem transformações profundas na

sociedade, tornando-se estruturas de educação popular sem compromisso histórico com a transformação social.

Concordamos que movimentos sociais têm características amplas e estruturais e resultam em conquistas coletivas, emanadas por forças da base da sociedade e que geralmente produzem efeitos de longo prazo. Na década de 80, e início dos anos 90, muitos movimentos sociais, não necessariamente ligados à Educação, provocaram alterações na Constituição, novas legislações, novos comportamentos sociais, sempre geradas a partir de desejos coletivos e difusos. Nesse sentido, a existência dos PVPs como movimentos sociais também deve traduzir interesse da população em lutar por acesso e permanência ao espaço da educação superior. Essa temática é complexa, tendo-se em vista a redução do número de inscritos no ENEM nos últimos anos, o discurso político do período pós golpe de 2016 de redução do acesso ao ensino Superior como um direito e a pulverização dos tipos de PVPs não militantes organizados sem uma mobilização que tenha interesse coletivo.

Todos esses fatores e estudos realizados podem indicar ter tido uma redução do movimento PVPs nas últimas décadas. Entretanto, de acordo com os autores pesquisados, também fica evidenciada que a tese da desmobilização, por conta da pulverização das demandas sociais, não se sustenta. É na vida das pessoas jovens e adultas, que recorrem aos pré-vestibulares sociais, que os fazem ser uma possibilidade de resistência ativa. São elas que recontam a história e se engajam nas propostas que estão enraizadas no imaginário das classes populares, qual seja, em algumas vezes ser sua primeira geração inserida no nível superior da educação, algo traduz uma utopia concreta (Bloch, 2005) da qual não abriremos mão.

Referências

ALONSO, Angela. **As Teorias dos Movimentos Sociais: Um Balanço do Debate**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYg-PPP8sWZfPRqnWFXXz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BASTOS, M. D. F.; GOMES, M. F. C. M.; FERNANDES, L. L. **O pré-vestibular social: desafios à busca da inclusão social.** In: **Revista EAD em foco**, n. 1, v.1, Rio de Janeiro, abril/outubro, 2010.

BLOCH, Ernst. **O princípio esperança.** Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005. v. 1.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular.** São Paulo: Brasiliense (Coleção Primeiros Passos; 318), 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação:** Lei nº 9.394/96 – 24 de dez. 1996.

BRITO, Vanessa Silveira. **Revisitando a República “Moquifo” 10 anos depois:** um estado sobre os egressos do Pré-Vestibular para Negros e Carentes da Baixada Fluminense e da PUC - Rio. 124 f. Dissertação de Mestrado em Educação Faculdade de Educação da Baixada Fluminense- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias. 2015

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra:** escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

CASTRO, C. A. **Movimento socioespacial de cursinhos alternativos e populares:** a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito a cidade. 303f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2011.

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO - CELAM.II **Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conclusões de Medellín. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio.** 5. ed. Petrópolis-RJ: Vozes. 1985.

DUSSEL, Henrique. **Teologia da Libertação:** Um Panorama de seu Desenvolvimento. Petrópolis-RJ: Vozes. 1997.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981. 149 p.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.- (Coleção Questões da Nossa Época; v. 5).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

LISBOA, Adrielle Karolyne de Souza. **O Pré-Vestibular Popular Pedro Pomar e a inserção de mulheres negras e de classes populares na universidade pública**: um estudo sobre trajetórias escolares. 175 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, São Gonçalo, 2021.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. "Resource mobilization and social movements: a partial theory". **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, 1977.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl. **Selected Correspondence**. Moscou, Progress Publishers, 1972.

MARX, Karl. **As lutas sociais na França**: 1848 - 49. Textos n. 2. São Paulo, Ed. Sociais.

OLIVEIRA, E. S. **Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana**. Dissertação de Mestrado. UFF – Faculdade de Educação. 2001.

PESSANHA, Carolina França; PORTO Alves, Danieli; SILVA, Renata Maldonado da. O pré-vestibular social teorema como lócus de democratização do acesso ao ensino superior e da iniciação à docência na UENF. **Revista Conexão UEPG**. ISSN-e 2238-7315, N.º. 16, 2020.

RAMOS, Kesley Vieira. **Desafios políticos ao currículo de inglês em uma perspectiva decolonial**: um estudo no Pré-Vestibular Comunitário Saber para Mudar em 2014 e 2015. 2018. 181 f. Dissertação (Mestrado em Processos Formativos e Desigualdades Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Angela Cristina da Silva. **Pensando estratégias para o enfrentamento da evasão em pré-vestibulares populares**: um estudo de caso na Maré - 2020. 317 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, Rio de Janeiro, 2020.

SANTOS, R. E. N. **Agendas & agências**: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes. 2006. 350f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, R. E. N. Pré-vestibulares populares: dilemas políticos e desafios pedagógicos. In: 2008. CARVALHO, J. C. et al. (orgs). **Cursos pré-vestibulares comunitários**: espaços de mediações pedagógicas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2008.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do Caderno 25. **Educação Social**, Campinas, v. 35, n. 126,

jan./mar., 2014, p. 61-76. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v35n126/04.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2023.

VASCONCELOS, A. T. **Pré-vestibulares populares**: desafios políticos ao currículo e ensino de Geografia. 2015. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

ZAGO, N. Pré-vestibular popular e trabalho docente: caracterização social e mobilização. **Revista Contemporânea de Educação**, [Online] 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1585>. Acesso em: 14 ago. 2022.